



ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALBUFEIRA
REALIZADA NO DIA 6 DE FEVEREIRO DE 2014

Ata n.º 7

Aos seis dias do mês de Fevereiro do ano de dois mil e catorze, reuniu a Assembleia Municipal de Albufeira, pelas 20:30 horas, na sala de reuniões do edifício da Junta de Freguesia de Paderne, por convocatória de vinte e sete de Janeiro, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

PONTO UM: Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea c) do n.º 2 do Art. 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro; -----

PONTO DOIS: Aprovação das atas de 27-11-2013, 29-11-2013, 11-12-2013 e 30-12-2013; -----

PONTO TRÊS: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Regulamento de Atribuição de Habitação Social, ao abrigo da alínea g), n.º 1 do artigo 25.º, e alínea k), n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de Setembro; -----

PONTO QUATRO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da alteração ao Regulamento e tabela de taxas e outras receitas do município, ao abrigo das alíneas b) e g) do n.º 1 do art. 25.º e alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de Setembro; -----

PONTO CINCO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do concurso limitado por prévia qualificação para aquisição de serviços de manutenção multimédia de equipamentos/máquinas e instalações e sua condução técnica, incluindo fornecimento de produtos químicos para o tratamento das águas das piscinas municipais; -----

PONTO SEIS: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do ajuste direto ao abrigo do acordo quadro para fornecimento de energia eléctrica em regime de mercado livre para o Algarve - Lote 1 - Baixa Tensão Normal (BTN); -----

PONTO SETE: Apreciação e deliberação do Regulamento do Conselho Municipal de Segurança. -----

PRESENCAS: Paulo Alexandre Figueiredo Freitas (PSD), Francisco José Pereira de Oliveira (PS), Rui Miguel de Sousa Serôdio Bernardo (PSD), José Geraldes de Pereira Simões (PS), Soraia Santos Morais (VIVA), Maria Eugénia Xufre Baptista (PSD), Vera Neves Albuquerque e Castro Coelho Simões (PS), Cândido Augusto Marques Reigado



(CDU), Adriano Duarte de Horta e Nogueira Ferrão (PSD), Domingos Manuel Martins Coelho (PS), Francisco Manuel Fernandes Guerreiro (PSD), Carlos Alberto dos Santos Fernandes (PS), Mário Samuel Raimundo Gaspar (VIVA), Ana Cristina Neves Pinto de Oliveira (PSD), Ana Alexandra Diogo Pereira (PS), José Joaquim do Carmo Pimenta (CDU), Maria de Lurdes Cunha Carvalho Rocha Meirinho (membro suplente PSD), Leonardo Manuel Teixeira Paço (PS), Carlos Augusto Cabrita dos Santos (PSD), Ivânia Correia Mascarenhas (VIVA), Luís Matias Afonso (CDS), bem como os Presidentes de Juntas de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Hélder Sousa, de Ferreiras, Fernando Gregório, de Guia, Joaquim Vieira e de Paderne, Miguel Coelho. -----

Faltas: Vitor José Correia Maria Vieira. -----

Substituições: Face ao pedido de substituição apresentado pelo membro Vitor Vieira, foi verificada a legitimidade e identidade do elemento imediatamente a seguir na ordem da respectiva lista, Maria de Lurdes Cunha Carvalho Rocha Meirinho. -----

Registou-se, ainda, a presença do Presidente da Câmara, Carlos Eduardo da Silva e Sousa, e dos Vereadores, Fernando Anastácio, Célia Maria Calado Pedroso, Marlene Martins Dias da Silva, Ana Maria Marques Simões Prisca Vidigal da Silva e Rogério Pires Rodrigues Neto. -----

Havendo quórum (**vinte e cinco presenças**), o Presidente da Assembleia deu início à sessão, dizendo: "Boa noite, antes de mais quero agradecer ao Presidente da Junta de Freguesia de Paderne a disponibilidade das instalações, bem como a sua amabilidade em nos receber, para que pudéssemos fazer a Assembleia aqui em Paderne. Nos últimos anos tem sido tradição, e estamos em crer que será de se manter, de fazer circular as assembleias ordinárias pelas freguesias."-----

Presidente da Junta de Freguesia de Paderne: "Boa noite a todos, agradeço ao Presidente da Assembleia por ter marcado a sessão aqui em Paderne, estou muito contente por ter a casa cheia, e por ver aqui muitas pessoas de Paderne. Espero que explorem os vossos assuntos e os assuntos da nossa terra, porque a Assembleia Municipal serve para isso, e espero que a reunião corra bem." -----

O Presidente da Assembleia deu a palavra ao público presente: -----

Feliciano Chorando: "O que me traz por cá é um assunto que se arrasta há mais de seis anos. É sobre uma alteração de um caminho que dá acesso à minha casa e era para saber qual é a evolução: se continuam a trabalhar no assunto, se está parado. E a outra



questão é sobre a pavimentação do caminho da Barradinha. Desde dois mil e oito que escrevo para a Câmara e vou lá pessoalmente, e poucas respostas tenho obtido.”-----

Júlio Penas: “Os assuntos que me trazem cá são relacionados com Albufeira. Hoje estive a fazer de polícia porque continua a haver o problema na calçada junto da capela da Marina. Rebentou um carter, havia óleo por todo o lado e, enquanto não apareceu a polícia, eu não sai de lá. Os carros deslizavam, era só óleo por todo o lado. Já tive um jipe que se estatelou lá. Aquela calçada devia levar tinta abrasiva, daquelas tintas com areia, porque aquilo é o prato do dia quando chove. Tenho tudo filmado e em dada altura irei enviar esse filme para a Câmara. Outro assunto que me traz cá é relacionado com um rapaz que sofre de um tumor. Foi um empregado da Câmara, que limpava as fossas, contraiu essa doença e, no entanto, esse rapaz não tem qualquer apoio da Câmara, nem do Estado. Isso é uma injustiça porque ele contraiu essa doença no trabalho camarário, era saudável e agora está um farrapo. É lamentável que isto aconteça. Outra situação é um terreno que eu tenho, em que foi-me impedido, apesar de terem autorizado apartamentos e também uma vivenda, e quando fiz o requerimento à Câmara para saber o que se poderia lá fazer, responderam-me, três anos depois, que não era consentido qualquer construção porque não havia acesso, como se eu fosse para o meu terreno de helicóptero. No entanto, é lamentável que eu não consiga construir nada lá e no farol existe o senhor Liberto Mealha, que não tenho nada contra o senhor, mas o facto é que a câmara, numa certa altura, tinha boicotado a obra, que não se podia fazer lá nada, que se o senhor Liberto queria continuar com a obra teria de levar água com depósitos ou outra coisa. No mandato do senhor Desidério apareceu lá uma estação elevatória. A Câmara acabou por meter lá uma estação elevatória para dar apoio a essas obras, apoio às casas que estão lá agora. São situações lamentáveis que acontecem.” -----

Paulo Almeida: “Boa noite. Em primeiro lugar quero pedir ao senhor Presidente que me deixe falar até ao fim, já que durante a campanha disseram que ninguém vinha fazer queixas à Assembleia.”-----

Presidente da Assembleia: “Perdoe-me interrompê-lo desde já. Eu deixo-o falar até ao fim desde que não exceda o tempo que seja minimamente aceitável. Uma das coisas básicas é educação e respeito por todos. O senhor tem a palavra porque eu lha dou e pelo tempo que for estritamente necessário para que, respeitando o tempo que resta, os outros inscritos também possam falar. O que está regulamentado nesta Assembleia



são dez minutos no máximo, por pessoa, desde que não excedamos sessenta minutos. Não é só o seu direito, é o direito de todos os que estão inscritos para falar.”-----

Paulo Almeida: “Em primeiro lugar, queria felicitar uma pessoa que está aqui, que é a Vereadora Ana Vidigal, por ser até hoje a única pessoa que teve competência para enfrentar os lobos de todos os partidos e concorrer à presidência da Câmara Municipal de Albufeira sem o apoio de qualquer partido. Em segundo lugar, queria perguntar ao Presidente, Carlos Silva e Sousa, o que foi feito de uma carta que enviei para lá, após a tomada de posse, a pedir uma reunião em nome da Nuclegarve. Queria perguntar também ao senhor Presidente se está alguma coisa no orçamento para a Nuclegarve, o que é que pensa fazer pela Nuclegarve, já que a enterrou, agora tem de a desenterrar. Há duas pessoas que enterraram a Nuclegarve. Eu andei aí a fazer figura de palhaço durante onze anos, a dormir, muitas vezes, vinte horas por semana, para andar a pedir sopas de um lado, tijolos a uns e tijolos a outros. E vossas excelências fizeram o favor de enterrar, vocês e alguns presidentes de Juntas. Gostaria de pedir a todos os membros da Assembleia que façam uma auditoria a estes anos todos desta governação desastrosa. Não há dinheiro mas durante todos estes anos houve dinheiro para todo o país que a câmara de Albufeira dava a cão e a gato, a lebre e a sardinha, houve dinheiro para fazer parcerias com misses e com a Ilha do Sal, e isso não beneficiou em nada Albufeira, isso beneficiou alguns que foram lá passear à conta do orçamento. Por isso peço aos membros que façam isso, e não sejam simplesmente personagens, porque os autores todos nós sabemos quem são. Criem coragem de fazer o que fizeram ao presidente Xufre, mostrem que são capazes. A Nuclegarve tem lá cinquenta e sete mil tijolos, tem lá um pavilhão, era a menina dos olhos de ouro desta gente, e, no domingo passado, foi o aniversário e nem o Presidente da Câmara nem o da Assembleia tiveram a dignidade de lá estar. A única pessoa que lá esteve presente foi a Dra. Ana Vidigal. Sinto-me triste porque andei a fazer figura de palhaço durante muitos anos. Num almoço que tive, quando eu disse a uma pessoa que não votei nele por causa daquilo que ele fez e por aquilo que ele fez, essa pessoa chamou-me hipócrita, e hoje uma pessoa disse-me bem o que essa palavra queria dizer. E agora pergunto a essa pessoa o que se chama a alguém que aprova meio milhão de euros para a Nuclegarve no orçamento, de há alguns anos, essa pessoa diz que desconhece, que não se lembra, e não fiscalizou sequer onde está esse dinheiro. Fez com que a Nuclegarve perdesse um milhão de euros que conseguiu a fundo perdido da CEE, que fui lá assinar com o Dr. Rolo. O lar



dos Olhos de Água perdeu setecentos mil euros. A Nuclegarve tem uma despesa mensal de mil euros, que não consegue fugir a ela. Durante estes anos andaram a iludir-nos com festas. Quando foi o festival das sopas, eu disse lá que a Aldeia da Solidariedade só não estava construída por falta de vontade política. Era a menina dos olhos de ouro, era um projecto que não existia no nosso país. Não foi só o Desidério que foi culpado, eu também fui, deixei-me iludir, mandaram-me fazer um projecto de quatrocentos mil euros, comprometeram-se a pagá-lo, todos os que aqui estão sabem, e agora devem ainda cem mil, que a Nuclegarve teve de pagar. O Presidente da Assembleia disse-me a mim que ninguém ia reclamar à Assembleia. Nessa mesma dita reunião, eu fui lá entregar um dossier em mão a cada membro da Assembleia, portanto, não me digam que não sabem o que é a Nuclegarve. Só quero dizer mais um verso que eu fiz quando fundei a Aldeia da Solidariedade. Batemos à sua porta com carinho e humildade, batemos à sua porta em nome da realidade. Realidade é saudade daquele tempo vivido, batemos à sua porta para lhe fazer um pedido. Para lhe fazer um pedido do fundo do coração, batemos à sua porta para que nos dê uma mão. Para que nos dê uma mão de carinho e humildade, batemos à sua porta em nome da solidariedade. Aldeia da solidariedade, orgulho de todos nós, um dia serás o ninho de netos, filhos e avós. Na luta não estamos sós, para a aldeia se construir, batemos à sua porta para um donativo pedir. Pedir com convicção porque nos vai ajudar, não se esquecendo que um dia também pode precisar. Agora vou terminar a minha humilde intervenção, pela aldeia da solidariedade deem todos as mãos. Obrigada." -----

Filipe Conde: "Sou morador na aldeia dos Matos e está um problema na Câmara por resolver, que se refere ao processo número 358/2006. E vou passar a ler: *Depois do auto de vistoria número 7/2013, e que foi aprovado que era um composto de três técnicos que visitaram o local. Foi dado um prazo de oito dias para execução das obras de demolição e correcção e limpeza do local degradado. Em reunião de câmara, do dia 21/05/2013 tomou a seguinte deliberação: foi deliberado homologar o auto de vistoria 7/2013 e aprovar a proposta apresentada pela senhora Ana Pífaro determinando que o prazo referido na alínea c) seja de quinze dias. E essa alínea diz: Que seja o proprietário notificado para um prazo máximo de trinta dias executar as obras indicadas pela comissão de auto de vistoria n.º7/2013. Assim como vou realçar a alínea d), que diz o seguinte, dessa notificação conste ainda que, caso o proprietário do prédio sito Matos de Cima, Paderne, Albufeira, não conclua as obras no prazo*



estabelecido poderá a Câmara Municipal tomar posse administrativa do imóvel para dar execução imediata, conforme estabeleceram os artigos 91º, 107º e 108º do decreto-lei 555/99 de 16 de Dezembro na sua actual redacção. Segundo tenho conhecimento, o proprietário nem sequer foi notificado e, pergunto, que responsabilidades têm todos estes intervenientes que têm estado envolvidos neste processo, que para sua falha grave tenha acontecido. Há um elemento que foi altamente prejudicado com esta falha, e este elemento fui eu. Foi deliberado pela Câmara Municipal, em reunião de 21/05/2013, proceder à conclusão da proposta apresentada pela Vereadora Ana Pífaro. A pergunta: é passados nove meses desta deliberação, onde se encontra o processo? Na gaveta? Porque, passados estes meses todos, só têm feito promessas das quais nenhuma delas foram cumpridas. Este processo passou pelo conhecimento directo de várias edilidades que estiveram no local, a Junta de Freguesia de Paderne, na pessoa do senhor Presidente, o qual enviou três ofícios à Câmara alertando para o perigo eminente que ali estava instalado. Seguindo-se a Protecção Civil, que tiraram fotografias. Uma comissão de três técnicos, que a partir da sua visita ao local verificou o perigo que ali estava instalado, fazendo o relatório que deu origem à vistoria 7/2013. Seguiram-se o Vereador Sequeira, que várias vezes foi lá, as juristas, Dra. Filomena e Dra. Alexandra, e o senhor Presidente, na altura o Dr. Rolo, e por último, a Dra. Ana Nunes. Com as idas de todas estas edilidades, todos pertencentes à Câmara, e com conhecimento do processo, será que ninguém tem capacidade para resolver este problema? O processo está parado e gostava de saber qual era a conclusão a que se chega." -----

Guido Rebeca: "Boa noite, tenho dois lamentos a fazer e uma sugestão. Como devem ter conhecimento, as piscinas de Albufeira esta época não estão a funcionar a cem por cento. Quando a água está quente, o ambiente está frio, quando o ambiente está quente a água está fria. Sei que têm feito alguns esforços para debelar este problema mas até ao dia de hoje ainda não está debelado. Agradecia que resolvessem isto. Eu sou um dos utentes frequentes das piscinas e nunca me vi tão mal servido como nesta época. Nem sauna, nem banho turco, e a água, é como eu digo, se a água está quente o ar nos corredores ou balneários está frio, e vice-versa. O outro lamento é a questão da factura da água, que tenho certeza que já devem ter recebido inúmeras reclamações por os números serem exageradíssimos. Tenho aqui a minha factura deste mês, e tenho poupado ao máximo, sou reformado e a minha reforma não dá para esbanjar. Estão a



debitar-me oito metros cúbicos de água, e, depois, nas outras taxas, debitam-me mais oito metros. Se gasto oito metros de água não quer dizer que gasto oito metros cúbicos de lixo. Este era o outro lamento. Quanto à sugestão, se estamos num país em que há tanta austeridade, há tantos cortes, eu pergunto: porque é que a iluminação pública continua a esbanjar tanta energia? Porque é que não se estuda um sistema de aparecer a iluminação em postes intercalados? Porque temos avenidas com passeio de um lado e do outro com tantos candeeiros a gastar? Beneficiava a Câmara e beneficiávamos todos nós. Como é que um edifício novo onde se gastou tantos milhões, na cobertura da piscina, porque é que não está coberta com os painéis solares? Porque é que meteram os painéis solares no lado direito das piscinas à mão dos vândalos? Todos os meses há painéis vandalizados. Se estivessem na cobertura das piscinas não teriam acesso para serem vandalizados.”-----

João Cabrita: “Boa noite. Gostava de perguntar ao Presidente de Câmara se a Câmara tem alguma estratégia para a massa falida da Faceal porque em dois mil e nove foram pagos oitocentos e noventa e três mil euros, em dois mil e dez, onze, e doze não sei se foi paga alguma verba. Estava agendada para dois mil e treze mais duzentos mil euros, para dois mil e catorze um milhão quatrocentos e setenta e nove cento e cinquenta e nove mil euros, e em dois mil e quinze mais um milhão de euros. A minha pergunta é se há alguma estratégia para esta situação e quantos pagamentos é que já foram feitos?”

Presidente da Câmara: “Boa noite. Em relação à questão do senhor Feliciano, a questão do caminho de acesso à sua casa, não sei o que é mas agradeço que me forneça mais elementos de forma a poder chegar ao processo, e saber o que se passa. Em relação ao caminho da Barradinha, para este ano penso que não está previsto em orçamento. No entanto, a questão poderá ser posta. Mas, neste momento, não tenho conhecimento de nenhum projecto para o caminho da Barradinha. Em relação ao senhor Júlio, é um assunto que tem de ser visto, uma vez que provoca perigo. O rapaz que falou que tem tumores, não sei se o assunto está relatado nos serviços sociais da câmara. O senhor disse que ele contraiu a doença em consequência do serviço que prestava. A legislação prevê que, nesse caso, exista responsabilidade civil. Quanto à questão que levanta dos solos, são questões que já têm muitos anos e não tenho conhecimento desta questão. De qualquer forma, as aptidões de construção estão todas definidas em regulamentos, e, portanto, se tem direito à construção é fácil, é apresentar o projecto, se não tem direito, está tudo muito claro na regulamentação que temos. Poderá haver alterações



aos planos. Os direitos das pessoas estão devidamente acautelados sobre aquilo que podem ou não podem fazer, porque não é a câmara, nesta fase, que vai dizer se pode ou não pode. Se houve pessoas que fizeram, deve ter sido porque já tinham loteamentos aprovados. Não conheço o caso em concreto mas a verdade é que, neste momento, a zona da marina está tudo em objecto de plano. Os planos podem ser mexidos, são dinâmicos, não são estáticos, mas está lá tudo designado. Em relação ao senhor Paulo Almeida, é uma questão que já é recorrente: o senhor julga que tem razão e eu aceito isso. Levanta questões que me põem como enterrador. Enterrador, eu? Já fui muita coisa mas não enterrei nada. Quanto a questão da obra, tanto quanto sei, estive para avançar, havia uma previsão de gastos do município de Albufeira na ordem dos quatro milhões, em que o Estado colaboraria cerca de um milhão, e isso já surge numa fase em que entrou em vigor a Lei dos compromissos. Essa Lei é muito simples: os municípios só se podem comprometer quando têm o dinheiro vivo, ou seja, os ditos quatro milhões. Por isso, essa proposta foi retirada da Assembleia Municipal pelo proponente, porque, mesmo que fosse aprovada em assembleia, era uma proposta nula porque era contrária à Lei. Portanto, não vejo onde possa ter sido enterrador no quer que fosse. Em relação ao senhor Filipe Conde, já tomei nota do número do processo e vou ver o que se passa. Estranho que o notificando não tenha sido notificado. Não está presente aqui em Albufeira? Está fora? "-----

Filipe Conde: "Está presente. Segundo consta não conseguiram notificá-lo. Mas isto já se arrasta há uns longos meses e, até agora, nada foi concluído. Aquilo é uma propriedade pegada com a minha que está a afectar-me bastante, e cada vez mais. Com as chuvas está um perigo eminente. Gostava que visse o processo, o Dr. Rolo sabe do que se trata e até agora nada foi resolvido." -----

Presidente da Câmara: "Em relação ao senhor Rebeca, as piscinas municipais, de facto, tem sido um problema muito aborrecido, muito complicado. As piscinas estavam a funcionar há já alguns anos, os materiais cederam, houve problemas com a situação de, no ano passado, não ter havido fundos disponíveis. Este ano, felizmente, já temos fundos disponíveis, já estamos a lançar os concursos, estamos até a andar bastante depressa e há urgência para que isso possa acontecer. Até está aqui hoje um concurso para ser deliberado pela Assembleia Municipal. Estamos muito preocupados com isso. Seguramente, é um investimento muito grande que está ali e é uma pena não estar a ser aproveitado. Temos bastantes reclamações mas estamos a tentar resolver o mais



rápido possível. Há procedimentos que temos de fazer, que temos de cumprir. Estou em cima dessa questão e estou a tentar resolver com os técnicos o mais rápido possível porque vejo que é muito urgente. A questão da factura da água, de facto Albufeira esteve muito tempo com essa conta muito baixa, abaixo até dos limites legais. Houve uma actualização e passou a estar dentro dos limites legais. Poderá haver, não em relação à água, mas em relação às outras taxas, algum desajuste mas está a ser estudado. Neste momento estamos sujeitos ao PAEL, que nos limita bastante na questão da redução de taxas. Não posso dizer que vai ser reduzido mas está a ser alvo de estudo. Em relação ao senhor João Cabrita, no que diz respeito à Faceal, já foi respondido que neste momento não temos dinheiro para fazer face a esse tipo de compromissos. Penso que o orçamento neste momento, em relação à Faceal, está a zeros. E sem dinheiro não há grandes estratégias. É um assunto que tem de ser pensado, o que é que se vai fazer, quais as opções que temos, que não são muitas, mas uma seria deixar cair essa questão e tentar recuperar o dinheiro já gasto, outra hipótese seria tentar negociar a baixar o preço e adquirir, e a outra hipótese seria cumprir o contrato. Já foi objecto de alguma reflexão a nível da câmara mas ainda não temos capacidade financeira, não há uma estratégia. Penso que compreenderão que não é fácil tomar aqui opções porque, avançarmos para a compra, neste momento, não podemos, não temos dinheiro e, portanto, não podemos, desistir do que já está pago também é algo que nos custa, perdermos aqui mais de oitocentos mil euros. Cumprirmos o contrato é uma possibilidade, tentarmos renegociar o contrato é outra possibilidade. São tudo possibilidades, mas quando não há o mais importante, qualquer decisão é sempre muito difícil e a ponderação tem de ser muito bem reflectida. Todos os contributos de solução que possam vir para nós poderemos ponderar, eu aceito todos. O preço de aquisição, salvo erro, andava à volta dos três milhões. Esperemos que consigamos tomar a melhor decisão." -----

Não havendo mais intervenções por parte do público, o Presidente da Assembleia deu início ao período Antes da Ordem do Dia. -----

PERIODO DE INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA. -----

Carlos Fernandes: "Gostava de registar que é com agrado que se verificaram hoje inúmeras participações por parte do público. Porque estamos em Paderne, penso que é oportuno, e os Paderenses gostariam de ouvir alguns esclarecimentos relativamente a uma questão que nos preocupa a todos, que se prende com a recente descarga de



resíduos sólidos para a ribeira de Paderne, ocasionada por alguma eventual avaria da estação de tratamento, e que ocorreu há cerca de um mês. Sabemos que algumas entidades já foram oficiadas, algumas entidades também já se deslocaram ao local no sentido de se apurar o que se passou. Os Paderenses gostariam de ouvir se já há desenvolvimento no sentido de resolver o problema. Gostaríamos de ouvir se algum vereador ou o Presidente da Câmara podem adiantar alguma coisa sobre isso." -----

Soraia Morais: "Em nome do grupo VIVA gostaríamos de saber se relativamente às questões de intervenção do público, se as intervenções que tiveram nas últimas reuniões de assembleia receberam resposta por parte da mesa, em que moldes e termos é que isso aconteceu."-----

Domingos Coelho: "Boa noite. Quero louvar a iniciativa de descentralizar as reuniões da assembleia e congratular pela participação que já aqui vimos. Já que estamos em Paderne gostava de colocar algumas questões ao Presidente da Câmara que tem a ver com a estratégia para a freguesia. Sobre o estado actual da freguesia, em termos económicos, toda a gente sabe o que se passa. Diria que noventa e cinco por cento dos terrenos estão abandonados, à Faceal aconteceu o que toda a gente sabe, os serviços são quase inexistentes. Lamentavelmente, como é que um executivo comprou um terreno por dois milhões e oitocentos mil euros, e para o qual não há uma estratégia, uma ideia. Tinha uma sugestão: que se requalificasse, se urbanizasse e que se criasse ali um espaço para depois alugar a jovens empresários. Será talvez uma forma de revitalizar a economia da freguesia. Se não for assim, não estou a ver como é que a freguesia pode melhorar do ponto de vista económico. Tendo em conta que num passado recente Paderne foi quase um dormitório de Albufeira, com a crise que se instalou, e com falta de atractividade que o concelho tem, Paderne ainda está pior. Nos últimos cinquenta anos Albufeira triplicou a sua população e Paderne perdeu vinte e cinco por cento da sua população. Com o arrastar de toda esta situação, se não houver iniciativa por parte das entidades públicas penso que vai ser cada vez pior. Outra questão é sobre o museu do barrocal. Pelo que sei, ainda não passou de um projecto. Penso que muito do dinheiro que se esbanjou em festas poderia ter sido melhor investido. O museu do barrocal poderia servir de polo de atracção e poderia dinamizar a economia local. Portanto, a minha questão é: em que pé é que está o museu do barrocal? Qual a estratégia para este projecto? Outra questão é sobre o castelo de Paderne. Foi objecto de várias intervenções arqueológicas, a ultima há cerca de sete



ou oito anos, e é das poucas intervenções arqueológicas que eu conheço que depois não deu lugar a um centro de interpretação e de acolhimento dos visitantes. Está abandonado. É uma dificuldade tremenda para as pessoas visitarem o local. Tive essa dificuldade enquanto professor de História. Assim, a minha dúvida concreta é: qual é a estratégia para o castelo de Paderne em termos de divulgação? Relembro que nem sequer iluminação tem. A iluminação que se fez inicialmente, para que o público que passasse na A22 pudesse observar o castelo de Paderne, e nem isso neste momento existe. Outra questão tem a ver com a rede viária da freguesia. Lamentavelmente nestes anos todos em que houve alcatroamento em muitas outras zonas, há aqui estradas onde circulam muitas pessoas que necessitavam de ser alcatroadas. A pergunta concreta é se está previsto o alcatroamento da Estrada das Chaíças.-----

Mário Gaspar: Apresenta e lê proposta do VIVA. (Doc. 1, anexo a esta acta) -----

Cândido Reigado: "Boa noite. Numa Assembleia Municipal a dona Suzel falou de uma situação de esgoto e céu aberto em Valmangude. Pensamos que não obteve qualquer resposta. Voltamos a perguntar se a Câmara Municipal de Albufeira está a pensar resolver o problema tendo em conta que é um problema de saúde pública. Outra questão prende-se com acessos em mau estado. Por exemplo, em Olhos de Água há um bairro que tem acesso à Rua vinte e cinco de Abril em terra batida, que sempre que chove fica quase sempre alagada. Na rua que dá aceso à estrada de Roja Pé, embora seja alcatroadada, também está sempre em péssimo estado. Na zona do Montechoro está o piso em mau estado em várias ruas e estão a precisar de pavimentação, algumas estão em bastante mau estado."-----

José Pimenta: "Todos nós sabemos que na frente mar entre o Peneco e o Forte de São João não existe qualquer bandeira azul. E todos nós sabemos qual é o motivo dessa situação: são os esgotos que saem nessa zona e que faz com que não tenhamos bandeira azul. O Presidente da Câmara fez a promessa de que a Praia dos Pescadores, no próximo ano, teria bandeira azul. A pergunta que faço é a seguinte: o Presidente da Câmara mantém este compromisso? Outro assunto é relacionado com o passeio marginal: tem a toca dos carneiros destruída, é uma zona emblemática. Gostaria de saber se está nos planos deste executivo a reconstrução desse passeio marginal. Depois tenho uma situação para colocar ao Presidente da Assembleia Municipal. É uma carta que veio dirigida ao Presidente da Assembleia Municipal, da dona Zita Mesquita, sobre uma possível duplicação de impostos. Gostaria de saber se o Presidente da



Assembleia enviou para o departamento jurídico para analisar esta situação. Um munícipe referiu-se às taxas que são praticadas na factura da água, e o problema aqui em Albufeira não é o preço da água, o problema é se por acaso a entidade põe o preço da água mais três ou quatro euros como já se ouviu falar. E se metem o preço da água a esses valores, mais as taxas, chega aos cinquenta euros para uma casa com três pessoas. É de prevenir esta situação e as taxas que estão aplicadas deveriam baixar.”-

Presidente da Câmara: “Em relação à intervenção do deputado Carlos Fernandes, poderá ter havido algum problema em relação à estação elevatória, faz parte das Águas do Algarve. Sei que já lá foram. Terá sido uma avaria e a questão neste momento está a ser vista. A Câmara já interveio nessa matéria.”-----

Vereadora Ana Vidigal: “Não tenho mais nada a dizer. É exactamente isso que disse. A situação está a ser acompanhada, os técnicos tanto da parte da Câmara como das Águas do Algarve estão empenhados em encontrar solução para o assunto.”-----

Presidente da Câmara: “Para responder ao senhor Domingos Coelho, as questões de Paderne evidentemente que são uma preocupação e tentaremos equilibrar Paderne com a parte mais cultural. Não é bom para o território que existam assimetrias desta natureza, mas também recorro que Paderne foi um pouco vítima do PDM, em questões que se prendiam com o desenvolvimento. Assim como houve questões que deram cabo da parte comercial, na Guia, os centros comerciais, tudo isso contribuiu para acabar com pequenos negócios, e não só em Paderne, em geral, por todo o concelho. Sem dúvida que há que tentar inverter. Devo informar que já pedi aos nossos serviços para começarem a trabalhar nas questões de planeamento em relação a Paderne, Ferreiras e Guia, para que se tente encontrar soluções, que possam ser adaptadas, no sentido de podermos iniciar um processo que possa dar a estas freguesias o desenvolvimento que elas merecem. Portanto, não estão, de forma alguma, esquecidas. Vai ser objecto de muito trabalho, demorará algum tempo e será seguramente objecto de debate antes de qualquer decisão. Em relação ao castelo de Paderne, que é uma jóia da coroa, infelizmente não devidamente aproveitada, infelizmente vandalizada, chegando ao ponto de roubarem as luzes que estão no castelo, não depende só do município de Albufeira. Há outras instituições que têm jurisdição sobre isto.” -----

Vereadora Marlene: “Boa noite. Em relação ao castelo de Paderne, como dizia o senhor Presidente, a questão não é só a Câmara Municipal, o castelo é da Direcção Regional da Cultura. Foi assinado um protocolo com a Câmara para que a Câmara pudesse ter



alguma intervenção. A Câmara ficou responsável por uma parte, a Direcção Regional por outra. Esse protocolo vai ser revisto agora e a junta de freguesia de Paderne vai ser incluída. No castelo, já por várias vezes, que foram substituídos os cadeados. O senhor Francisco Guerreiro, quando era presidente, não fazia outra coisa senão substituir cadeados e já voltaram a estragá-los. As protecções dos corpos, que eram em cabos de aço, foram roubados, as lâmpadas que iluminavam o castelo, de que nós tanto gostávamos quando passávamos na via do Infante, foram partidas, as grades que estavam chumbadas foram roubadas. Portanto, a manutenção constante desse material acabou por não ser possível quando entrámos na Lei dos Compromissos. Neste momento, vamos retomar, vamos meter o guarda corpos em madeira e em corda, a Direcção Regional comprometeu-se comprar e nós, com os nossos serviços, vamos colocar. A sinalética vai ser melhorada. O castelo está aberto porque tem visitas guiadas, com o acompanhamento do museu de arqueologia de Albufeira, com uma técnica, sempre que for solicitada. Essas visitas são marcadas através da junta ou das escolas. A zona do castelo tem cinquenta centímetros à sua volta que pertence à Direcção Regional da Cultura e o terreno a seguir é propriedade privada. De resto, nada podemos fazer por enquanto."-----

Presidente da Câmara: "Quanto ao museu do Barrocal, fez a pergunta mas já sabe a resposta: não há dinheiro, não posso fazer nada. Evidentemente que é uma mais-valia para Paderne. É um projecto que eu abraço e de que gosto, mas não posso fazer milagres, não há dinheiro. Há um projecto que está a ser feito mas não está terminado ainda."-----

Vereadora Marlene: "O projecto de arquitectura realmente já está quase finalizado. Não está aprovado porque está a ser tratada a questão das especialidades. O projecto respeita toda a fachada do prédio, a parte de dentro é alterada mas a parte de fora mantém a fachada original. Quero só acrescentar, para que não pensem que todo o material que foi entregue como doação foi abandonado ou esquecido, que o material está todo recolhido nos edifícios da antiga escola primária do primeiro ciclo, atrás da GNR. Esse material está a ser fotografado, registado e estudado, para ficar a fazer parte de todo o histórico do futuro museu do Barrocal, e vamos transformar a escola num museu visitável. Para já é um "pré-museu", para que as pessoas percebam que aquilo que deram não foi esquecido nem deixado ao abandono. Vai ser tratado, exposto e apresentado dentro de pouco tempo. Vamos ter técnicos da Câmara, especializados



em restauro, que vão estar com as portas abertas para receber sempre que for necessário." -----

Presidente da Câmara: "Em relação à questão do senhor Reigado já pedi aos serviços para verem essa situação dos esgotos a céu aberto. No que diz respeito aos acessos e estradas esburacadas, temos bastantes por todo o concelho e iremos ter durante mais algum tempo, mas iremos tentar remendá-las com o nosso pessoal porque há limitações. Devo dizer que dentro dessas limitações nem tudo está a correr mal em termos financeiros. É preciso que se entenda que, para se fazer obra é preciso termos dinheiro e, para termos dinheiro, é preciso, em primeiro lugar, equilibrar as finanças do município e isso está a ser feito com muito rigor e com bastante sucesso. Devo dizer que estou bastante satisfeito com os resultados. Já recebemos a primeira tranche do PAEL, foram dez milhões, tudo para pagar dívidas em atraso e foram religiosamente pagas até ao último cêntimo. Em relação ao programa de reequilíbrio financeiro, que andava o Tribunal de contas por um lado e os bancos por outro, o município também já teve capacidade para agradecer muito os esforços, quer do Tribunal de Contas quer dos bancos, e informar que já não precisávamos. Esses sete milhões de euros já estão todos aí na economia. É um motivo de satisfação para todos nós, Albufeirenses. Sabemos que está a haver capacidade de retomar as finanças do nosso município e que, quando isso acontecer, seguramente que iremos fazer muitas dessas coisas que foram aqui referidas: estradas, pavimentações. Enfim, tudo poderá ser feito assim que tivermos as finanças equilibradas. Este ano já temos alguma liberdade nessa matéria, já temos alguns fundos disponíveis. O que se pretende aqui é muita força, muita coragem para enfrentar estas dificuldades. Ao mesmo tempo temos sintomas sérios de que as coisas irão melhorar. É preciso ter um pouco de calma e paciência, mas havemos de lá chegar. Estamos muito atentos, muito empenhados. Em relação ao senhor Pimenta, eu não prometi a bandeira azul. Eu disse que tínhamos bons motivos, boas condições técnicas, e mantenho o que disse, no sentido de podermos ter bandeira azul. Eu não posso prometer aquilo que não está na minha mão. Posso anunciar que temos capacidade, neste momento, para que a Praia dos Pescadores possa vir a ter bandeira azul. E se isso acontecer será um motivo de orgulho para todos nós. Porque será das poucas praias urbanas com bandeira azul. Eu não sou dono das águas e das areias para poder prometer, temos essa ambição, e mantemo-la ainda, mas como promessa não pode ser feito. Neste momento, segundo as indicações que tenho, é que



temos as possibilidades técnicas de podermos ter bandeira azul na Praia dos Pescadores."-----

Vereadora Ana Vidigal: "Aproveito para informar que neste momento a candidatura já está feita e candidatamo-nos tanto na Praia dos Pescadores como na Praia do Inatel. E tudo indica que poderá vir a ser considerada bandeira azul."-----

José Pimenta: "A situação das águas poluídas acabou? "-----

Vereadora Ana Vidigal: "Não. Os testes têm sido feitos ao longo de vários anos e com um conjunto de vários elementos faz com que tenhamos condições para candidatar as praias ao galardão. Com isto não quer dizer que todas as outras questões, que são conhecidas de todos, não estejam a ter a devida atenção e não tenham que ter algumas soluções, tendo em conta as situações que têm vindo a ocorrer. É nesse sentido que a Câmara está neste momento muito empenhada em resolver as situações que têm a ver com eventuais inundações ou descargas em alguns espaços no concelho, mas tudo isso, neste momento, está a ser controlado pelos serviços. O que é da nossa responsabilidade assumiremos. Conjuntamente com as perspectivas que se avizinhm, de que poderemos fazer algumas eventuais obras dentro dos condicionalismos que o senhor Presidente já referiu, mas neste momento, as coisas estão controladas." -----

Presidente da Câmara: "O passeio marginal não está na nossa esfera de actuação. O nosso poder na praia não existe. De qualquer forma, se nos for consentido, deveríamos dar um arranjo." -----

Presidente da Assembleia: "Em relação às questões colocadas acerca das reclamações que são apresentadas na Assembleia Municipal, a mesa, quer eu, quer os secretários, o que nos compete é pedir esclarecimentos à Câmara Municipal. Das intervenções do público que são feitas aqui não há necessidade de fazermos comunicação à Câmara pois está cá o senhor Presidente que dará a resposta. Alguns munícipes fazem-nos reclamações por escrito, tentamos aprofundar o conhecimento da questão e solicitar à Câmara Municipal, porque só temos poderes para solicitar, e depois é o senhor Presidente que nos dará a devida resposta. Temos reunido com os munícipes, foi o caso da D. Zita Mesquita, que apresentou uma reclamação, pediu uma reunião, reuni com ela e pedimos à Câmara Municipal os esclarecimentos referentes à reclamação. Não podemos ser nós a remeter, directamente, ao departamento jurídico da Câmara. Temos sempre que remeter ao órgão e, quando acharmos que foi ultrapassado um



prazo razoável de resposta, voltamos a interpelar a Câmara Municipal. É isto que nos compete enquanto mesa para ter as reclamações acompanhadas." -----

Soraia Morais: "Eu quis aguardar pela resposta da mesa. Uma vez que já obtive essa resposta e, tendo em conta que as intervenções são colocadas à mesa, nós gostaríamos de apresentar uma recomendação/proposta. E coloco à consideração da mesa, como é que esta proposta pode ser contemplada nos trabalhos de futuras assembleias." (Doc. n.º 2, anexo a esta acta) -----

Presidente da Assembleia: "Há coisas que são competência da mesa, há coisas que são competência do Presidente e há coisas que são competência da assembleia. O cargo de Presidente da Assembleia Municipal não é um cargo a tempo inteiro, apesar de todas as segundas feiras passar uma manhã ou uma tarde na câmara. Portanto, estabelecer prazos para que sejam exigidas respostas à Câmara Municipal é coisa que também não podemos fazer. Há um prazo razoável, que é uma situação de bom senso, que nós não podemos exigir que a câmara nos responda no prazo de quinze dias, nem nós podemos responder ao município no prazo de quinze dias porque não podemos obrigar a câmara a responder-nos dentro desse prazo. Não temos mecanismos legais para o efeito. A não ser que haja aqui uma deliberação de censura para a Câmara Municipal. Porque se a Câmara não nos responder no devido tempo, só podemos fazer uma coisa que é insistir. Além do mais, quando chega uma reclamação à Assembleia Municipal, há uma resposta a informar o município que tomámos a devida notícia e que solicitámos à Câmara Municipal os esclarecimentos que a câmara entender por convenientes. Quando nos chega a resposta, comunicamos a resposta ao município. Portanto, os municípios não ficam sem resposta. Quanto às questões que está a levantar relativamente à intervenção do público, temos aqui o exemplo do Filipe Conde: são questões concretas e os processos estão identificados, há uma reclamação efectiva. O senhor Presidente da Câmara toma nota e, obviamente, nós não vamos perguntar ao senhor Presidente se, depois, entra em contacto com o senhor Filipe, senão não fazemos mais nada que é fazer uma fiscalização acto a acto. Se por acaso o senhor Filipe não obtiver resposta em tempo útil, deverá dirigir-se à Assembleia Municipal ou vem a uma sessão da Assembleia, como os outros municípios fazem, para informar que não obtiveram resposta a determinados assuntos. Nós não fazemos uma fiscalização, passo a passo, a todas as intervenções. Somos um órgão deliberativo, somos um órgão fiscalizador que não está a tempo inteiro. Por muita bondade que tenhamos, e temos todo o prazer de fazer



cumprir as nossas funções, só podemos agir na vertente das informações que nos chegam, senão seria um cargo a tempo inteiro. Fá-lo-emos dentro daquilo que são as nossas competências, daquilo que são as nossas disponibilidades, mas também do que é o interesse do público. Até lhe posso dizer que, as reclamações quando nos chegam, demoram, no máximo, dois dias a ser pedido esclarecimentos à Câmara Municipal. Mas se tiver conhecimento de alguma reclamação que não tenha sido atendida, ou de alguma intervenção que tenha ficado sem resposta, também lhe agradeço que nos informe.”----

Soraia Morais: “Se bem percebemos, há pouco deu-se o exemplo da dona Suzel, que fez uma reclamação numa assembleia em Novembro, e que foi referido que não obteve qualquer tipo de resposta. Por isso mesmo nós colocamos a questão de as intervenções do público obterem algum tipo de resposta, nem que fosse para informar que as diligências estavam a ser tomadas no sentido de se informarem das situações. E de uma forma construtiva tentar perceber se, eventualmente, havia resposta às intervenções do público e, por outro lado, se essas respostas teriam sido no sentido de responder concretamente áquilo que as pessoas perguntaram ou, pelo menos, informar que a Assembleia tinha pedido informações à Câmara para dar sequência à intervenção do munícipe. A nossa proposta ou recomendação tem um carácter construtivo, não estamos a querer fiscalizar ninguém nem nenhum órgão, simplesmente achamos que, por uma questão de respeito, e por uma questão de participação cívica, queremos sempre ver o que estamos a ver hoje, que temos uma casa cheia. Achamos importante que todas as pessoas que venham aqui expor as suas preocupações tenham uma resposta no sentido de agradecer a intervenção e dizer que vamos ver, junto do órgão, de quem é direito obter uma resposta. É neste sentido que fizemos a nossa proposta.”

Presidente da Assembleia: “Normalmente, quem diz isso é o senhor Presidente em todas as intervenções, se tem ou não conhecimento; e responde directamente a todos os intervenientes. Podemos, em cada assembleia, questionar o senhor Presidente se os munícipes obtiveram resposta às suas intervenções, passamos a fazê-lo, e a participação política tem a ver com isto. Temos tido o cuidado de informar quase todas as associações, organismos públicos, enviando uma cópia do edital da assembleia municipal, e tem resultado. Temos hoje a casa cheia.” -----

Ana Pereira: “No sentido de reforçar esta questão levantada pelo movimento VIVA, gostaria de referir que na assembleia de Dezembro tivemos uma intervenção de um munícipe em relação à falta de manutenção do parque lúdico da cidade e que ainda não



teve qualquer resposta. Lembro que o parque lúdico continua ao abandono, é um parque infantil e neste momento apresenta perigo para as crianças que lá forem. Gostaria ainda de dizer que não me parece boa política, bom método, essa ideia de que se o munícipe não obteve resposta então terá de voltar. Penso que a pessoa vem e merece a nossa consideração e merece que a resposta lhe chegue em tempo útil.” -----

Presidente da Assembleia: “Talvez não me tenha explicitado bem, eu não quis dizer que o munícipe teria que cá vir novamente. Quando um munícipe se dirige ao Presidente da Assembleia, ou à assembleia, a pedir esclarecimentos ao executivo, só pode fazer uma coisa que é pedir à assembleia que esta solicite esclarecimentos à Câmara Municipal e então, a Assembleia solicita à Câmara Municipal os esclarecimentos. O Presidente tem a faculdade de o fazer directamente aos munícipes e, muitas vezes, os munícipes vão à camara e reúnem com o senhor Presidente. Mas, a partir de hoje, tomamos a cautela de, em todas as assembleias, saber o ponto da situação de todas as reclamações, quer as que estão respondidas, quer as que não estão respondidas. No que diz respeito à questão desta reclamação, da munícipe no dia 30 de Dezembro, passaram, até hoje, cerca de trinta dias. Se só contarmos os dias uteis, são cerca de vinte e dois dias. Portanto, é uma reclamação em relação à qual decorreu um tempo perfeitamente natural para que ainda não haja uma resposta. A crítica da falta de resposta, da falta de metodologia do que quer que seja, eu aceito-as todas, mas convenhamos que temos de ter um ponto de equilíbrio e de bom senso para que não nos tragam um exemplo que nos sirva de ponto de crítica em relação a uma reclamação cuja resposta não foi dada em menos de vinte dias.” -----

Ana Pereira: “Foi apenas um exemplo mas quero referir que nenhum dos munícipes que intervieram obtiveram resposta. Para além disso, gostaria novamente de reforçar que essa pessoa em concreto é apenas um caso de que sei e de que falo. Não foi pedida a identificação completa, morada nem telefone, nem email. Portanto, reforço a necessidade e importância da proposta que foi apresentada pelo VIVA.” -----

Presidente da Assembleia: “Eu sabia que era a sua mãe. Só peço aquilo que é necessário. Se a Ana tem o conhecimento de todos os munícipes que não obtiveram resposta, no âmbito daquilo que é o princípio da colaboração, eu muito lhe agradeço que me faça chegar esses dados. Se me tivesse enviado um email ontem com estas questões, eu hoje trazia-lhe a resposta. O princípio básico da colaboração e daquilo que é ser um membro de uma Assembleia Municipal não é trazer os problemas mas



ajudar nas soluções. A minha incapacidade de não conseguir gerir os problemas todos, partilho também com o sucesso ou insucesso do vosso auxílio. Todas as questões que tenham conhecimento pessoal, das quais foi dado conhecimento à Assembleia, às quais eu não tenha dado resposta aos munícipes, ou que os munícipes não tenham obtido resposta por parte da Câmara Municipal, ou sobre as quais a Câmara Municipal não tenha respondido à Assembleia Municipal, muito vos agradeço que me façam chegar para que possamos trazer em todas as Assembleias seguintes as devidas respostas. Estou em crer que, com este princípio da colaboração, e considerando que o interesse máximo é que os munícipes obtenham respostas, se trabalharmos todos em conjunto, em vez de estarmos a apontar as incapacidades do Presidente da Assembleia, chegaremos a um porto muito mais saudável e muito mais tranquilo. Se compartilharmos esta responsabilidade chegaremos facilmente lá."-----

Soraia Morais: "Eu gostaria de esclarecer que a nossa intervenção não é de forma alguma um ataque pessoal a ninguém e, portanto, não nos vemos nessa referência que fez. De acordo com o regimento, nós apresentamos uma proposta e gostaria de saber se fica aqui assumido o compromisso de nas próximas intervenções do público haver um registo e haver um cumprimento por parte da mesa em ser dada uma resposta por escrito à pessoa no prazo minimamente aceitável, ou se é necessário fazemos uma votação."-----

Presidente da Assembleia: "Eu posso dizer-lhe de uma forma tão lacónica como esta: o Presidente da Assembleia e a Mesa da Assembleia cumprem com rigor as funções que lhe são cometidas, quer pelo regimento quer pela Lei das autarquias locais." -----

Soraia Morais: "Então nós gostaríamos que fosse feita a votação à nossa proposta."-----

Presidente da Assembleia Municipal: "Estamos no período antes da ordem do dia. Não pode haver votação e como é uma assembleia ordinária, as propostas têm de ser apresentadas dentro do período da ordem do dia para depois serem incluídas." -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, a Primeira Secretária procedeu à leitura resumida da correspondência, que ficou ao dispor dos Membros da Assembleia para eventual consulta.-----

Terminada a leitura da correspondência, o Presidente da Assembleia deu início ao período da ordem do dia. -----



ORDEM DO DIA

PONTO UM

Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea c) do n.º 2 do Art. 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Francisco Oliveira: "Colocaria a questão ao senhor Presidente da Câmara que diz respeito não só à informação do presidente mas também às declarações feitas aqui, relativamente à desnecessidade do plano do reequilíbrio financeiro. Aquando da aprovação do PAEL, e do reequilíbrio financeiro, a Câmara Municipal assumiu determinados compromissos. A questão que coloco é saber se está no horizonte do executivo da câmara municipal a renegociação do PAEL? Quer isto dizer que uma série de regras que eram impostas ao município poderão, eventualmente, ser renegociadas e alteradas para benefício de todos nós e benefício do município." -----

Presidente da Câmara: "Como já referi, recebemos uma primeira prestação do PAEL, e neste momento não estamos ainda em condições de falar em negociações. Espero, ansiosamente, que chegue o resto do dinheiro para poder pagar aos fornecedores que têm as suas finanças a necessitar desse dinheiro. Não há contratos que não possam ser renegociados, mas não nesta fase, para já. Estamos ainda na fase de receber e, posteriormente, pagar aos fornecedores, e os juros do PAEL são juros apetecíveis. Haverá, seguramente, dentro do bom senso, perante a visualização daquilo que são as nossas capacidades, penso que será possível, logo que seja conveniente, essa negociação. Neste momento ainda não é oportuno." -----

Não havendo mais intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia passou ao ponto seguinte.-----

PONTO DOIS

Aprovação das atas de 27-11-2013, 29-11-2013, 11-12-2013 e 30-12-2013; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO DA ACTA DE 27-11-2013: -----

Votos Contra: zero (00) -----



Abstenções: zero (00) -----

Votos a Favor: vinte e cinco (25) Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Rui Bernardo, Geraldês Simões, Soraia Morais, Eugénia Baptista, Vera Simões, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, Carlos Fernandes, Mário Gaspar, Ana Cristina Oliveira, Ana Pereira, José Pimenta, Lurdes Meirinho, Leonardo Paço, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luis Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

VOTAÇÃO DA ACTA DE 29-11-2013: -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a Favor: vinte e cinco (25) Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Rui Bernardo, Geraldês Simões, Soraia Morais, Eugénia Baptista, Vera Simões, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, Carlos Fernandes, Mário Gaspar, Ana Cristina Oliveira, Ana Pereira, José Pimenta, Lurdes Meirinho, Leonardo Paço, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luis Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

VOTAÇÃO DA ACTA DE 11-12-2013: -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a Favor: vinte e cinco (25) Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Rui Bernardo, Geraldês Simões, Soraia Morais, Eugénia Baptista, Vera Simões, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, Carlos Fernandes, Mário Gaspar, Ana Cristina Oliveira, Ana Pereira, José Pimenta, Lurdes Meirinho, Leonardo Paço, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luis Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Guia,



Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

VOTAÇÃO DA ACTA DE 30-12-2013: -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: duas (02) Rui Bernardo, e Luis Afonso. -----

Votos a Favor: vinte e três (23) Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Geraldês Simões, Soraia Morais, Eugénia Baptista, Vera Simões, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, Carlos Fernandes, Mário Gaspar, Ana Cristina Oliveira, Ana Pereira, José Pimenta, Lurdes Meirinho, Leonardo Paço, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por maioria. -----

PONTO TRÊS

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Regulamento de Atribuição de Habitação Social, ao abrigo da alínea g), n.º 1 do artigo 25.º, e alínea k), n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de Setembro; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Ivânia Mascarenhas: "O grupo VIVA tem algumas questões que gostaria que fossem respondidas. Gostaríamos de saber o número de fogos existentes no nosso concelho atribuídos, se vai abrir algum concurso para atribuição de habitação social, e se sim, quando; se existem candidatos inscritos na base de dados que consta no artigo dezassete, com pedidos de habitação social; qual o tipo de contrato feito com os munícipes a quem é atribuída esta habitação. E quando se fala em processo de socialização, gostaríamos de saber que tipo de trabalho é feito junto das famílias, e que tipo de iniciativas para a sua integração social." -----

Presidente da Câmara: " O número de fogos existente não sei, mas é uma questão de perguntar aos serviços. Se vai abrir concurso, em princípio sim, estamos à espera que este regulamento seja aprovado. Perguntou quantas casas há, penso que livres ainda há umas quatro mas existem alguns casos de casas que estão indevidamente ocupadas e vamos tentar recuperar essas casas para o município. Não podemos fazê-lo de outra



forma, sem ser por via judicial. Em relação ao contrato, será sempre na posição de tentar defender os dois interesses: o interesse da pessoa que tem carências e, ao mesmo tempo, no sentido para que não se sucedam situações de casas mal utilizadas. Os contratos têm a faculdade de serem renovados. Neste momento só temos quatro casas e todas as terças feiras aparecem-me lá no gabinete quatro ou cinco pedidos de habitação social. E estamos a tentar ser o mais justos possível e o mais transparentes possível. Naturalmente, os munícipes são acompanhados pela acção social. Temos os técnicos que estão lá não só para detectar as situações de carência mas também para fazer o acompanhamento.” -----

Não havendo mais intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a Favor: vinte e cinco (25) Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Rui Bernardo, Geraldês Simões, Soraia Morais, Eugénia Baptista, Vera Simões, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, Carlos Fernandes, Mário Gaspar, Ana Cristina Oliveira, Ana Pereira, José Pimenta, Lurdes Meirinho, Leonardo Paço, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luis Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO QUATRO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da alteração ao Regulamento e tabela de taxas e outras receitas do município, ao abrigo das alíneas b) e g) do n.º 1 do art. 25.º e alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de Setembro; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Francisco Oliveira: “Relativamente a este regulamento, gostaria de congratular (porque tive conhecimento) que na última reunião do executivo tenha sido acordado entre as várias forças políticas a criação de uma comissão para ser revisto este



regulamento das taxas e receitas municipais, o que é extremamente importante tendo em consideração a situação económica que Albufeira atravessa. Para além desta alteração, que eu presumo que seja importante, queria realmente congratular e reforça a necessidade de ser, efectivamente, alterado este regulamento com as novas condições." -----

Presidente da Câmara: "Isto foi-nos remetido pelos nossos serviços jurídicos porque havia uma lacuna."-----

Domingos Coelho: "Quero apenas fazer uma sugestão à mesa: quando nos é enviada uma alteração a uma legislação deveria ser-nos enviada a legislação existente. Quem recebe uma alteração não tem conhecimento do conteúdo actual, portanto, julgo que deve ser enviada a legislação completa para podermos avaliar o que se manteve e o que foi alterado." -----

Presidente da Assembleia: "Eu, aqui, quase que inverto a questão, ou seja, quem necessitar remete um email à secretária e os serviços remetem a legislação. Não estamos a falar de um só email, estamos a falar de cerca de trinta emails. Eu percebo o que diz mas nós temos de remeter o que vem da Câmara Municipal. Os membros da Assembleia depois têm a faculdade de solicitar aos serviços o complemento. A não ser que façamos uma recomendação à Câmara Municipal para que, cada vez que nos enviem um regulamento, que nos remetam o anterior também. Há documentos que são públicos e se formos ao site da Câmara Municipal o regulamento está lá. Penso que é preferível, quem sentir essa necessidade contacta os serviços e será enviado." -----

Não havendo mais intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a Favor: vinte e cinco (25) Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Rui Bernardo, Geraldês Simões, Soraia Morais, Eugénia Baptista, Vera Simões, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, Carlos Fernandes, Mário Gaspar, Ana Cristina Oliveira, Ana Pereira, José Pimenta, Lurdes Meirinho, Leonardo Paço, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luis Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Guia,



Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO CINCO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do concurso limitado por prévia qualificação para aquisição de serviços de manutenção multimédia de equipamentos/máquinas e instalações e sua condução técnica, incluindo fornecimento de produtos químicos para o tratamento das águas das piscinas municipais; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Francisco Oliveira: "É uma pergunta retórica, mas tendo em consideração o quadro de pessoal da câmara municipal, existem vários técnicos. A pergunta é saber se, com a devida formação, seria possível aproveitar alguns técnicos no sentido de fazer este tipo de serviços. Presumo neste caso concreto, e dada a necessidade devido ao estado de degradação relativamente avançado, talvez haja mesmo necessidade de recorrer a este tipo de serviços, mas a questão era saber se, num futuro próximo, é possível aproveitar alguns funcionários que, com a devida formação, possam prestar este tipo de serviços."-----

José Pimenta: "A pergunta é no mesmo sentido. Quero só referir que houve um concurso público em que determinada empresa concorreu e essa empresa foi excluída. Isto era para três anos. O valor do primeiro concurso era cento e oitenta e seis mil euros, e neste novo concurso são cento e sessenta mil euros mais IVA." -----

Presidente da Câmara: "Em relação à questão do Dr. Francisco Oliveira, eu também concordo que era o ideal. Mas não é a informação que eu tenho dos nossos recursos humanos. Neste momento estamos muito limitados e, devo dizer que, contrariamente ao que se fala por ai, estamos a ter sérios problemas com os recursos humanos, com faltas e, especialmente, os operacionais. Para que saibam, neste momento só temos dois calceteiros e um está doente. Cada vez temos menos recursos. As pessoas vão-se reformando, cada vez vamos tendo menos operacionais e estamos limitados para poder contratar mais. Não me restam dúvidas que esta é a única opção que temos porque não temos recursos disponíveis para afectar este tipo de serviços, e são serviços extremamente técnicos. Portanto, somos obrigados a recorrer a serviços externos e



cada vez mais isso irá acontecer se se mantiverem este tipo de restrições e também salários pouco apetecíveis, porque eu me lembro de concursos que ficaram desertos." - Não havendo mais intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a Favor: vinte e cinco (25) Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Rui Bernardo, Geraldês Simões, Soraia Morais, Eugénia Baptista, Vera Simões, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, Carlos Fernandes, Mário Gaspar, Ana Cristina Oliveira, Ana Pereira, José Pimenta, Lurdes Meirinho, Leonardo Paço, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luis Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO SEIS

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do ajuste direto ao abrigo do acordo quadro para fornecimento de energia eléctrica em regime de mercado livre para o Algarve - Lote 1 - Baixa Tensão Normal (BTN); -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Cândido Reigado: "Gostaria de saber quem é que vai fazer o contrato, se é a AMAL ou a Câmara Municipal? A AMAL não é uma organização que fosse eleita pelo povo, quem representa o povo são as autarquias locais. Nós consideramos que deve ser a câmara municipal a fazer esses contratos." -----

Francisco Oliveira: "Este contrato já teve concurso aberto na AMAL, presumo que foi há relativamente pouco tempo, e, neste momento, o que se está aqui a pedir é a apreciação e deliberação do ajuste directo. Neste momento já houve um concurso, um concorrente, esse concorrente ofereceu determinado preço e, neste momento, o que se pede à Assembleia Municipal é a autorização para fazer este ajuste directo. A questão que coloco é se há alguma margem de manobra para que a Câmara Municipal possa negociar com a EDP o valor correspondente ao fornecimento de energia



eléctrica, tendo em consideração que o concurso fixou um valor máximo, o qual a EDP não pode ultrapassar. Albufeira terá maior peso que qualquer outro concelho mais pequeno, o que permite ter uma força para negociar maior sobre a EDP. Pelo que verifico, cada município será livre de fazer, ou não, o respectivo contrato e, portanto, o respectivo ajuste directo." -----

Presidente da Câmara: "Em relação a isto parece-me que estamos todos de acordo. Isto foi contratado no âmbito da AMAL, no pressuposto de que, havendo um concurso, se poderia, em conjunto com os municípios, obter melhores condições. O contrato resulta deste procedimento. Claro que será negociado da melhor forma. A questão é muito técnica." -----

Leonardo Paço: " O contrato não é vinculativo. Parece-me a mim que a câmara municipal deveria tentar outras alternativas que existem no mercado." -----

Presidente da Câmara: "Não sei se isso é possível. Penso que o município ter-se-á vinculado com a AMAL. Irei ver com os nossos técnicos qual será a melhor solução para proteger os interesses de Albufeira. " -----

Leonardo Paço: "Na Lei da concorrência as outras operadoras que estão de fora poderão estar disponíveis para oferecer melhores preços." -----

Presidente da Câmara: "Eu leio aqui que isto é um concurso a nível nacional. As outras operadoras podiam ter concorrido." -----

José Pimenta: "Penso que deveria haver uma tentativa de entrar em acordo, entre todos os municípios, a ideia inicial era essa." -----

Rui Bernardo: "Um município concorrendo sozinho a uma entidade tem uma menor força do que concorrendo com outros municípios em conjunto. Acho que isso é óbvio."-----

Não havendo mais intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: quatro (04) Cândido Reigado, Domingos Coelho, José Pimenta e Leonardo Paço. -----

Votos a Favor: vinte e um (21) Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Rui Bernardo, Geraldês Simões, Soraia Morais, Eugénia Baptista, Vera Simões, Adriano Ferrão, Francisco Guerreiro, Carlos Fernandes, Mário Gaspar, Ana Cristina Oliveira, Ana Pereira, Lurdes Meirinho, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luis Afonso, Presidente



da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por maioria. -----

PONTO SETE

Apreciação e deliberação do Regulamento do Conselho Municipal de Segurança. -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Francisco Oliveira: "Temos uma proposta que gostaríamos de ver no regulamento." (Doc. 3, anexo a esta acta) -----

José Pimenta: "Vai haver só apreciação e deliberação do regulamento, ou vamos também aprovar os nove elementos da Assembleia Municipal?" -----

Presidente da Assembleia: "Eu já tinha falado com o senhor Cândido Reigado e era consensual que estes nove membros sejam três indicados pelo PSD, três indicados pelo PS, um indicado pelo VIVA, um indicado pelo CDU e um indicado pelo CDS. E esta indicação seria feita o mais rapidamente possível para que, numa próxima assembleia, já possamos fazer a tomada de posse." -----

Mário Gaspar: "Gostaríamos de apresentar uma proposta. (Doc. 4, anexo a esta acta)-- Não havendo mais intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação com as alterações propostas pela bancada do PS e pelo movimento VIVA.-----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstencões: zero (00) -----

Votos a Favor: vinte e cinco (25) Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Rui Bernardo, Geraldês Simões, Soraia Morais, Eugénia Baptista, Vera Simões, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, Carlos Fernandes, Mário Gaspar, Ana Cristina Oliveira, Ana Pereira, José Pimenta, Lurdes Meirinho, Leonardo Paço, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luis Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----



Antes de encerrar a sessão, foram aprovadas, por unanimidade, as minutas das deliberações tomadas na Assembleia.-----

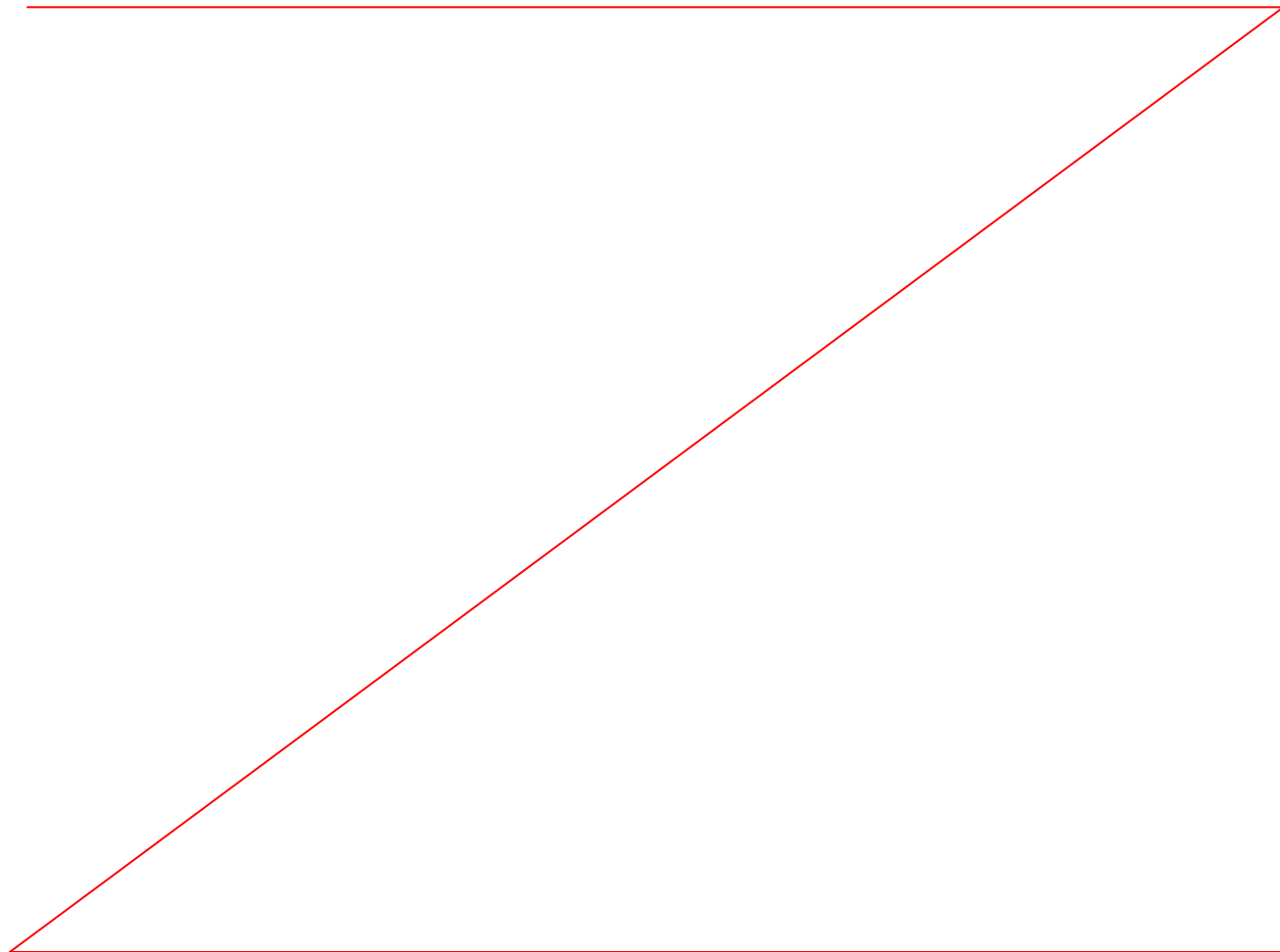
Nada mais havendo a discutir ou a deliberar, o Senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão, cerca das 23:10 horas, de que foi lavrada acta que, depois de lida e aprovada, será assinada nos termos da Lei. -----

Albufeira, 6 de Fevereiro de 2014 -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA _____

A PRIMEIRA SECRETÁRIA _____

O SEGUNDO SECRETÁRIO _____



**Assembleia Municipal Ordinária****Albufeira, 6 Fevereiro 2013****Grupo V.I.V.A**

No passado dia 6 de Novembro 2013 esteve para apreciação e deliberação o Regulamento de Apoio ao Associativismo do Município de Albufeira. Por proposta da bancada do PS, o ponto em questão foi retirado da Ordem do Dia, tendo este sido votada por unanimidade.

Nessa mesma altura ficou decidido trabalhar este regulamento em comissão, merecendo o mesmo tratamento que o já deliberado e aprovado Regimento desta Assembleia.

Não partindo de outra força política, o primeiro contacto para a marcação de uma possível data para reunir a comissão, o VIVA assumiu as suas responsabilidades e efectuou diligências no sentido de contactar as demais forças políticas com assento nesta Assembleia, não obtendo qualquer resposta à excepção do PS.

Tal falta de disponibilidade e resposta, deixa-nos a dúvida se será do interesse desta Assembleia Municipal discutir este Regulamento.

Apesar do exposto, sugerimos que não se deixe cair no esquecimento este assunto e que se tente em conjunto trabalhar este Regulamento. Se não for do interesse a constituição da comissão, cada força política fará o seu trabalho junto da sua bancada.

Assim, o VIVA propõe que o Regulamento seja discutido e deliberado na próxima sessão de Assembleia Municipal.

Membros do Grupo V.I.V.A

Sónia Morais
Paulo Caspar
Francisco José



Assembleia Municipal de Albufeira

Sessão Ordinária 6 fevereiro 2014

Grupo V.I.V.A

Recomendação/ Proposta

Apesar de haver munícipes que se dirigem a esta Assembleia Municipal para expor preocupações relativas à comunidade, distintos daqueles que apresentam situações concretas com interesse exclusivamente pessoal, ainda assim entendemos que os munícipes devem ser informados das diligências que estejam a ser efetuadas no sentido de dar sequência às suas preocupações e/ou sugestões. Mais entendemos que as respostas devem ser céleres, pelo que apresentamos a seguinte proposta:

- a cada cidadão que intervenha no período do público deverá ser solicitado no ato da inscrição o nome, morada, contacto telefónico e endereço de email (por escrito);
- as respostas às questões ou preocupações manifestadas deverão ser dadas por escrito pelo presidente da Mesa, no prazo de 15 dias, salvo as situações que possam ser respondidas de imediato pela Mesa da Assembleia;
- na eventualidade da resposta não poder ser dada no prazo acima mencionado, deverá a Mesa no mesmo prazo informar o munícipe das diligências efetuadas para dar sequência à intervenção do mesmo no período do público.

Os membros do Grupo V.I.V.A.

Sérvio Moraes
Mário Gaspar
José António Amador



R

PROPOSTA

A Bancada do Partido Socialista, após analisar o Regulamento do Conselho Municipal de Segurança, constante do Ponto 7 da Ordem de Trabalhos da Assembleia Municipal Ordinária de 06/02/2014, entende ser de interesse para o referido Conselho, a participação de pelo menos um elemento representativo das Direcções/Agrupamentos Escolares, em virtude do enorme contributo que os representantes das Escolas certamente trarão para a discussão e resolução dos problemas desta comunidade, que toca de forma, directa ou indirecta, a quase totalidade da população do nosso município.

Face ao exposto, requer-se a inclusão no artº 4º do referido regulamento de uma alínea bb) com a seguinte redacção:

Artº 4º

bb) Um representante das Direcções/Agrupamentos Escolares do Concelho de Albufeira.

A Bancada do Partido Socialista

06.02.2014

Handwritten signatures of the Socialist Party delegation members, including names like Vengozinho and others, with some illegible text at the bottom.



Proposta Grupo VIVA

No ponto 7 da ordem do dia da Assembleia Municipal de dia 6 de fevereiro de 2014, o Grupo VIVA propõe que no Regulamento do Conselho Municipal de Segurança no Cap. II art.º 4.º se acrescente à alínea c) "... ou proteção civil".

Os elementos do Grupo VIVA

Suzana Moreira

Franco Gaspar

José Francisco